



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA UMA  
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**CLÁUDIA APARECIDA BRAGA DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**



**UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA UMA  
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**CLÁUDIA APARECIDA BRAGA DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Cláudia Aparecida Braga de Oliveira

## **A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 27 de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof.

– Avaliador

---

Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira – Orientadora

---

Cláudia Aparecida Braga de Oliveira - Cursista

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, aos meus pais pela educação recebida, ao meu esposo Walter e minhas filhas Beatriz e Laura pela paciência e compreensão em minhas ausências, pela minha vice-diretora Celimar por compartilhar e acreditar junto comigo que podíamos fazer a diferença e meus professores do curso que me orientaram com tanto zelo e dedicação.

## **EPÍGRAFE**

“A educação não transforma o mundo, a educação transforma as pessoas e são as pessoas que transformam o mundo.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho relata a experiência da escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira em relação à gestão democrática. Diante dos desafios que se encontra para a gestão participativa foi necessário um estudo bibliográfico sobre o tema. Na sociedade contemporânea os desafios são muitos e cabe ao gestor saber organizar a instituição de forma que todos os segmentos da comunidade escolar participem das decisões tomadas, sejam elas pedagógicas, financeiras ou administrativas.

**Palavras-chaves:** gestão democrática, participativa, comunidade.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	05
DESENVOLVIMENTO .....	07
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	15
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	17
ANEXO Projeto Politico Pedagógico .....	18

## INTRODUÇÃO

O Brasil desde os tempos remotos enfrenta desigualdades sociais e culturais o que resulta em processos de disputas de vários interesses sociais. Aprendemos a lutar pela conquista da democracia desde os tempos da ditadura e assim conseguimos o direito de eleger nossos dirigentes. Com a Constituição Federal de 1988 os cidadãos passam a ter mais direitos e assim ter mais responsabilidade sobre as suas decisões e conquistas. Passa-se assim a acreditar que a escola é um meio de ascensão social, pois a educação tem como função social formar o cidadão para que ele seja crítico e participativo, transformando assim a sociedade em que está inserido.

Diante de conquistas e lutas, é necessário que a escola tenha sua autonomia e seja democratizada. Vale ressaltar que a escola é pública e sendo pública é para todos, e assim falar em gestão democrática é confirmar que todos os segmentos da comunidade precisam participar das decisões tomadas na escola. Essas decisões precisam ser tomadas através do Conselho de Escola que tem olhares diferenciados sobre um mesmo problema.

A administração de uma escola deve refletir qualidade, ou seja, ela deve agir, interagir e modificar a vida dos presentes em seu entorno. Gestão democrática vai muito além da eleição para diretores, envolve os Conselhos Escolares, como já citado anteriormente e a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, onde todos participam das decisões da escola. Porém ter o projeto não é suficiente, é necessário trabalhar com o projeto, ele deve debruçar-se sobre os problemas que a escola enfrenta e todos juntos devem opinar, trabalhar e avaliar.

Educação é um bem público e por ser um bem público a equipe da Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira, acredita que é possível mudar, transformar-se para possibilitar aos estudantes uma educação de qualidade e assim garantir a qualidade e permanência dos estudantes na escola. Os estudantes são vistos como seres humanos com sentimentos, seres



humanos capazes de amar e também de odiar, seres humanos capazes de aprenderem matemática e também português, seres humanos com uma história de vida que é levada em consideração. Enfim seres humanos em sua totalidade.

Muito se fala em mudança e se luta para que haja uma escola onde todos participem, onde a “gestão seja democrática”, porém é necessário ir além, é necessário mudar atitudes e comportamentos. Atitudes estas que precisam ser precisas. Atitudes que se manifestem através de uma pedagogia que atenda todas as diferenças, assumindo assim responsabilidade frente a todas as crianças, integrando-as, possibilitando a elas uma nova maneira de enxergar o mundo e assim modificá-lo. Enfim a comunidade deve estar a todo o momento presente na escola, pois seu espaço é público e sendo assim é de todos.

Tendo em vista que a Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira está fortalecendo seu Conselho Escolar o presente trabalho irá se aprofundar sobre a importância do Conselho Escolar na Gestão democrática. Será utilizado a pesquisa bibliográfica e relato de experiência da citada escola.

Muitos são os desafios encontrados no dia-a-dia, e os gestores têm de ter transparência no trabalho realizado, liderar de maneira democrática, junto com o Conselho de Escola. Ser democrática não é permitir tudo a todos, e sim dentro de uma gestão dialógica fazer valer a lei, respeitando os indivíduos nela inseridos e assim mudar a realidade do entorno da escola através dos membros do Conselho de Escola.

## DESENVOLVIMENTO

Uma grande conquista de nosso país ao longo dos anos foi o advento da democracia. Homens e mulheres lutaram e lutam a todo o momento por justiça, estas pessoas lutam para que seus direitos sejam garantidos e tentam ampliá-los tornando-se assim cidadãos. Paulo Freire (2003) nos dizia que ser cidadão, é ser político, com capacidade de lutar, questionando, reivindicando e participando para a transformação da sociedade.

Sendo assim, cabe à escola formar este cidadão crítico e participativo. E para que esta educação aconteça plenamente é necessário que todos os segmentos da instituição escolar participem das decisões tomadas na escola e esta participação dar-se-á na forma do Conselho de Escola. Ele é uma importante ferramenta para que o gestor tenha uma democratização da escola.

Há uma legislação que apoia a existência do Conselho de Escola e conseqüentemente a gestão democrática. A Constituição de 1988, em seu artigo 206, assumidos no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (lei nº. 9.394/96) consta que “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.” Ou seja, a gestão democrática precisa contribuir para a efetivação da construção de uma cidadania mais igualitária e mais justa.

No artigo 17 da LDB está previsto que: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

Ainda é mais precisa no artigo 14:

“ Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

Existe ainda, o PNE (Plano Nacional de Educação), Lei nº. 10.172/2001. O plano estabelece a democratização do ensino público e a

participação de todos os segmentos na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Cabe ao gestor utilizar estas leis a seu favor para que realmente a escola seja para formar cidadãos autônomos. É imprescindível a criação e o fortalecimento do Conselho de Escola, conselho este que é um órgão composto por todos os segmentos da comunidade escolar, vale ressaltar que quando se fala em segmentos não se fala somente de pais, professores e estudantes, mas também de comerciantes, igrejas ou outras instituições que fazem parte do entorno da escola.

E qual seria o real papel deste Conselho? O Conselho deve ter como atribuição deliberar sobre os processos administrativos, pedagógicos e financeiros. Precisa estar atento para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico possibilitando assim que a gestão seja democrática, pois um Projeto Político Pedagógico elaborado somente pelo gestor e especialistas da escola não representa os desejos da comunidade.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico compete ao Conselho de Escola opinar, discutir para que se tornem claros os objetivos, as prioridades do processo pedagógico e administrativo da escola. É o Conselho também que avalia e reelabora o Projeto Político Pedagógico.

O Conselho Escolar deve se reunir de preferência mensalmente, com pautas definidas para que realmente possam representar a comunidade, ou seja, antes da reunião os conselheiros têm o papel de ouvir as pessoas e levar seus anseios para que na reunião possam se discutir estratégias para que haja a melhora da qualidade da educação.

Ressalta-se que a tarefa mais importante do Conselho de Escola é o de observar como está o processo educativo na escola, se comprometendo sempre com o processo de ensino aprendizagem. É preciso avaliar o PPP para que novas estratégias sejam lançadas a fim de alcançar a qualidade da educação, a fim de que a sociedade seja modificada através desta educação, desenvolvendo cidadãos conscientes, autônomos e emancipadores.

Como se vê até aqui muitos são os desafios do Conselho de Escola, porém há ainda vários há serem destacados: é preciso lembrar-se das diferenças encontradas dentro da escola, entre elas as diferenças sociais, as diferenças econômicas e as diferenças culturais. Cabe ao Conselho encontrar

meios para lidar com todas estas diferenças, não no sentido de aceitá-las e sim no sentido de que cada estudante e família sejam atendidos em suas necessidades.

Outro grande desafio é fazer com que todos dentro da escola sejam uma equipe e não trabalhem isoladamente, pois quando isso acontece todo trabalho pedagógico perde seu sentido. Desde o auxiliar de serviços gerais que cuida da limpeza até o diretor da escola devem estar em sintonia no processo de ensino e todos precisam ter suas funções definidas dentro do Projeto Político Pedagógico, não no sentido estrito desta função e sim visando uma educação emancipadora, tornando-se participativos na ação educativa.

O que vem a ser uma educação emancipadora? É uma educação onde todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem têm em vista a qualidade desta educação, levando em consideração as relações sociais do ambiente educacional e assim este ambiente seja favorável à qualidade do ensino.

"O termo qualidade tem tomado forma e conteúdo diferentes, como passar dos anos. Infelizmente, o sentido de qualidade de educação tem-se baseado, nos últimos anos, na lógica econômica, oriunda do mundo empresarial. A educação emancipadora rompe com qualquer padrão preestabelecido de qualidade, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais. Nesse sentido, numa educação que visa a emancipação dos sujeitos sociais, compreende-se o sentido de qualidade numa dimensão referenciada no social."  
(Cadernos Conselhos Escolares: 2004)

Ao se falar em educação de qualidade, fala-se em construção do conhecimento, onde todos, professores e estudantes fazem parte do processo de aprendizagem, e não em transmissão de conteúdos, onde o professor é aquele que detém o saber e o transmite aos "alunos". A construção do conhecimento é dividida por todos: gestor, professor, estudantes, merendeiras, faxineiras, bibliotecárias e família.

E cabe ao Conselho de Escola em suas reuniões efetivar o compromisso de todos para o desenvolvimento das competências e das habilidades dos estudantes. Avaliando o sucesso e o fracasso da escola como

sendo de responsabilidade de todos e não somente dos docentes e através dos resultados obtidos proporem metas para a melhoria dos pontos fracos.

Assim sendo, a cultura da comunidade deve ser levada em consideração por todos os membros do Conselho de Escola, pois ela é de fundamental importância na construção dos saberes dos estudantes da escola. É na comunidade que os estudantes constroem suas atitudes, seus conhecimentos e competências, eles não vão para escola sem nada de aprendizado. É o Conselho de Escola quem vai zelar pelo tempo e espaço da escola, é um órgão privilegiado dentro da instituição, instituição esta responsável por oferecer oportunidades educacionais visando uma educação de qualidade a todos.

Como foi dito anteriormente é preciso respeitar a história, ou seja, a cultura em que o estudante está inserido, e sem esquecer que cada um é único e assim criar condições também únicas para estes estudantes, ajudando-os a criarem sua própria história, sendo únicos e transformadores do meio em que estão inseridos de forma que melhorem aquele local. Vale ressaltar que é na interação com o outro que as mudanças acontecem e cabe ao Conselho de Escola, além de garantir tempo e espaço para a aprendizagem, garantir também o compartilhamento da cultura presente na comunidade escolar, evitando assim o que chamamos de pedagogia da discriminação.

Cabe à escola propiciar aos estudantes condições para que eles se apropriem da cultura produzida pela humanidade, pois só assim criar-se-á condições necessárias para a construção da cidadania. O indivíduo precisa saber que está inserido em uma cultura determinada, em determinado tempo e lugar, é ele o agente transformador deste espaço e deste tempo, e é a escola que é responsável para a formação humana. E como nos diz Paulo Freire, a pessoa que transforma o mundo, transforma a si mesma.

Portanto, todos os segmentos da escola, em especial o Conselho de Escola, têm responsabilidade pela definição, acompanhamento e avaliação dessa dimensão na educação da instituição escolar. O conhecimento deve ser voltado para a emancipação da formação humana dentro da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

Outra função do Conselho de Escola é a de acompanhar as atividades relacionadas ao tempo pedagógico. É função de a escola propiciar

aos estudantes condições para se tornarem cidadãos competentes através dos saberes que recebem na escola, e é no Projeto Político Pedagógico que estarão os objetivos e metas a serem alcançados pela escola, já que esta tem a função de garantir uma educação de qualidade para todos, como nos dispões a Lei de Diretrizes e Bases “ a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (art. 22)

Pensando no tempo pedagógico é importante destacar que a escola tem autonomia para decidir como dividir seu tempo desde que respeite os dias letivos e as horas aulas previstas na LDB. Deve-se dar prioridade naquilo que é importante para o estudante fortalecendo sempre as decisões democráticas. O Conselho de Escola é um órgão composto por leigos, então não se pode deixar de capacitar seus integrantes para as razões de adoção de organização das turmas, e não somente isto, o Conselho precisa passar por capacitação para zelar pela qualidade de educação, para realmente ser um espaço de ação. Este Conselho tem a função de acompanhar o trabalho do gestor, buscando alternativas junto a ele para melhoria do trabalho educativo escolar. Em um mundo de mudanças necessitamos nos aperfeiçoar sempre

Os Conselheiros participam de um grupo onde a tomada de decisões é de extrema importância, pois nas reuniões se discute problemas e se procura soluções de diversas ordens. Participar do Conselho de Escola é construir-se como sujeito da própria história e da história da comunidade. E para que haja melhora nesta participação coletiva é necessário que o gestor propicie momentos de estudos, ou seja, de formação específica, dando bases nas decisões tomadas.

É importante que os membros do Conselho de Escola participem, reflitam, estudem e se reúnam para discutir seu papel dentro do Conselho. Essa formação é fundamental para que a escola cumpra realmente seu papel de ensinar de forma significativa, respeitando o saber de cada um, como já foi dito anteriormente.

Para que a formação aconteça de maneira concreta vale destacar o Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire. Necessita-se partir de um problema concreto dentro da instituição escolar e observá-lo tirando suas

primeiras impressões, assim realiza-se um diagnóstico do problema e investigam-se quais dificuldades e qual a raiz do problema. Após encontrar o problema necessita-se encontrar alternativas para solucioná-lo, e essas alternativas devem ser discutidas para o enfrentamento de conhecimentos e experiências diferentes onde é possível encontrar a solução viável para o momento. Porém, as soluções encontradas devem ser colocadas em prática, ou seja, o Conselho de Escola deverá elaborar um plano de ação e colocá-lo em prática e se a escola não tiver autonomia para resolver o problema devem-se encaminhar propostas aos órgãos competentes e acompanhar todo o processo de realização do planejamento feito em conjunto. Como todo bom planejamento para se terminar o círculo de estudo é necessário que se faça a avaliação da trajetória desde a descoberta do problema até a execução do plano proposto pelo grupo.

Até o presente momento ressaltou-se a importância do conselho de Escola no processo pedagógico da escola, mas cabe lembrar que também é o conselho que dá a palavra final no que diz respeito às verbas que se recebe na escola.

É dever da União, do Estado e do Município garantir o financiamento da educação. E as escolas recebem todo ano um dinheiro para manutenção da instituição, tanto pedagógica como da parte física; é o PDDE. Cabe então ao Conselho de Escola garantir que este dinheiro seja gasto para, como já foi dito em outros momentos, a qualidade da educação. Cabe então ao Conselho de Escola acompanhar os gastos referentes a esta verba, aprovando a aplicação dos recursos recebidos, analisando e conferindo as prestações de contas. Todo o processo deve ser transparente e é por meio do Conselho de Escola que haverá a efetivação dos gastos.

O Projeto Político Pedagógico é um aliado importante na gestão financeira, pois é construído com a participação de todos os segmentos da escola. A autonomia financeira possibilita planejar e executar orçamentos tornando transparente a gestão financeira. Essa incumbência não fica somente por conta do Diretor escolar, o que implica que todos são responsáveis pelo bom uso da verba recebida.

O assunto dinheiro remete-nos a uma questão muito relevante dentro da instituição, o da valorização do profissional da educação, e cabe ao

Conselho pensar sobre estes trabalhadores em todas as suas dimensões: dimensão histórica, dimensão social e dimensão pedagógica.

A valorização do profissional da educação não compete somente ao governo, mas sim a todos os segmentos da comunidade escolar, sendo assim, cabe ao Conselho de Escola lutar para que pelo menos dentro da escola os profissionais sejam valorizados.

Destaca-se a valorização do profissional, porém o princípio de igualdade deve ser para todos, professores, pais e estudantes devem ter iguais condições de acesso à escola. Garantir este direito a todos os cidadãos é um desafio para todos que lutam por uma sociedade justa, e a escola deverá ser este espaço para a construção da cidadania.

Porém a escola só será este espaço se a gestão for democrática, gestão esta que abrirá novos caminhos na organização pedagógica, que favoreçam o respeito à individualidade do estudante e do outro a contribuição para o crescimento profissional. Aqui o Conselho de Escola exerce uma contribuição para implementação do Projeto Político Pedagógico, fazendo valer os direitos de todos e ajudando para que todos cumpram seus deveres.

Destacou-se até aqui a gestão democrática e seus benefícios para a educação e a importância do Conselho de Escola dentro da instituição escolar. Agora falaremos um pouco sobre a construção e o fortalecimento do Conselho de Escola na Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira, localizada na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais.

Em 2006 houve eleição para Diretor e Vice-Diretor na referida escola. Começa aí o processo democrático da gestão democrática, a eleição. Sabia-se da importância do Conselho de Escola para garantir a participação de todos os segmentos nas decisões para que o ensino-aprendizagem acontecesse de forma satisfatória, garantindo uma educação de qualidade e equidade na instituição.

Primeiramente, ao criar um Conselho de Escola, é necessário ter claro que este conselho é provido de pessoas com individualidades e elas precisam ser respeitadas dentro deste Conselho. As pessoas que fazem parte deste conselho devem ter vontade de melhorar a escola onde seus filhos, seus estudantes, seus professores estão inseridos.



A direção ao assumir os trabalhos na escola enviou um questionário para os pais para conhecer um pouco melhor seus anseios e suas vidas. Fez-se uma primeira reunião onde foi explicado a importância do conselho de Escola e foi feito o convite a quem quisesse fazer parte. Como muitas pessoas tiveram interesse foi feita eleição de cada segmento e assim criou-se o Conselho de Escola. Nas primeiras reuniões foi ouvido cada um em relação as suas necessidades, suas vontades, para assim buscar identificar o que era comum entre eles e a escola.

No primeiro ano ouviu-se muita resistência dos educadores em relação aos Conselheiros, pois estes acreditavam que não podiam ajudar e se “intrometer” nas decisões da escola. Com muito diálogo e após muita insistência conseguiu-se mostrar aos educadores e funcionários da escola que o Conselho de Escola era a raiz para a busca dos problemas que a escola tinha.

O gestor tem papel importantíssimo dentro deste processo, é ele que exerce uma função que é diferente do demais educadores da escola, precisa ter uma visão ampla de educação, é dele a responsabilidade de garantir a educação de qualidade dentro da instituição a qual ele dirige. É do gestor a responsabilidade de passar de uma gestão centralizada em si, para uma gestão democrática e preocupada com o outro. É ele quem dirige a escola e leva as pessoas da comunidade escolar a pensarem e decidirem juntas sobre o processo ensino-aprendizagem e demais processos dentro da escola.

Hoje as reuniões acontecem mensalmente e tudo é discutido neste momento, desde os problemas pedagógicos até os administrativos. Vale destacar que todas as decisões são tomadas tendo como base a Constituição Federal, a LDB, a Lei Orgânica do Município, o Estatuto do Magistério do Município e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há muito que ser conquistado, mas começou-se a engatinhar no processo de uma gestão democrática e participativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a educação é um dos direitos fundamentais do homem e é garantido constitucionalmente em quase todos os países do mundo. A educação é um importante elemento na conquista da cidadania plena, tendo em vista ser ela um dos requisitos básicos para que os indivíduos possam ter acesso aos bens culturais, políticos, econômicos e sociais na nossa sociedade. É papel da escola contribuir significativamente para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa e para isso é preciso que cada um desempenhe a sua função (pais, estudantes, professores, direção, técnicos e funcionários) e que cada uma se correlacione com a outra.

Em uma gestão democrática as tomadas de decisões são feitas coletivamente de maneira participativa, transparente, justa, visando atingir os objetivos esperados, englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos ter. Dentro da gestão democrática escolar visa-se organizar os aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com o propósito de dar transparência às ações e atos e possibilitar à comunidade local e escolar a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias, num processo de aprender, inventar, transformar, criar, construir, dialogar e ensinar. No que diz respeito ao ambiente escolar a gestão democrática tem sido definida por muitos autores como dinâmica, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Devem-se respeitar as individualidades para uma prática significativa. Essa nova forma de educação constitui-se num saber coletivo, em permanente processo.

Na Escola Municipal Antônio Sérgio Teixeira o que prevalece é o diálogo e o respeito mútuo, desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico até a participação efetiva de todos os envolvidos nos processos educativos, levando-se em conta que o projetar envolve ações colegiadas com base na participação da comunidade no destino da escola, resultante dos processos de reflexão destinados à construção de uma identidade própria e contextualizada. É claro que no funcionamento de uma instituição escolar muitas são as diversidades de pensar e agir. E espera-se na ação/reflexão/ação obter

resultados satisfatórios. Dentre elas está a participação do Conselho Escolar, órgão composto por todos os segmentos da comunidade escolar, Conselho este que tem como função analisar, planejar, buscar meios e avaliar o Projeto Político Pedagógico da escola.

Com bons indicadores, pode-se melhorar a qualidade da educação da referida escola, facilitando assim que todos adquiram conhecimento e discutam e decidam as prioridades das ações.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/01/2013

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido** – São Paulo, SP, 2003

NAVARRO, Ignez Pinto. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.5. p. 49-51. 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/01/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **Função social da educação e da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/12/2012

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **Principais teorias administrativas e suas características e enfoques**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/Ufmg> . Acesso em 06/11/2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **As dimensões da autonomia**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/02/2013.



# ANEXO



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**CLÁUDIA APARECIDA BRAGA DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**



**UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão da Sala Projeto Vivencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Regina Auxiliadora Barros de Souza.

**CLÁUDIA APARECIDA BRAGA DE OLIVEIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	04
1- FINALIDADES DA ESCOLA .....	06
2- PERFIL DA COMUNIDADE .....	06
3- PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM .....	07
4- SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS .....	08
4.1 – Objetivo .....	10
4.2 – Ações e Estratégias .....	10
4.3 – Avaliação .....	12
5 – CLIMA ESCOLAR .....	12
6- GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS .....	13
7 – OBJETIVOS .....	13
8- AÇÕES .....	14
8.1 – Dimensão 1 – Ambiente Educativo .....	14
8.2 – Dimensão 2 – Prática Pedagógica e avaliação .....	15
8.3 – Dimensão 3 – Gestão Escolar democrática .....	16
9- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	17

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira está localizada na zona leste, à Rua das Recordações, nº 580, Bairro Santo André, CEP 37704-042 Poços de Caldas, Minas Gerais, (35) 3697-5186. A diretora da escola é Cláudia Aparecida Braga de Oliveira e a Vice-diretora é Celimar Muniz Figueiredo de Melo. A entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.

Atende crianças, jovens e adultos provindas dos bairros: Santa Emília, Santo André, Jardim Regina, Monte Verde, Monte Almo, Santa Lúcia e Jardim São Paulo. Oferece os seguintes cursos: Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e EJA, nos turnos diurno, vespertino e noturno.

A escola possui uma cantina, um refeitório, 02 banheiros para professores, sendo 01 masculino e 01 feminino, 06 banheiros femininos e 06 masculinos para os estudantes, 01 banheiro adaptado para os estudantes com deficiência física, 01 banheiro para as merendeiras e auxiliares de serviços gerais; 09 salas de aulas, 01 sala que atende o PMJ (Programa Municipal da Juventude), 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 sala de recursos multifuncionais, 01 sala de materiais adaptados da Sala de Recurso, 01 secretaria, 01 sala de supervisão, 01 sala de direção e 01 sala para arquivo morto, 01 quadra esportiva (descoberta) e 01 elevador. A escola possui infraestrutura adequada para atender a todos, não há pichações e nem depredações no espaço interno ou externo, visto que a escola passou por reforma em 2012.

Em 2013 a escola conta com 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 auxiliar de biblioteca, 02 auxiliares de serviços gerais, 02 supervisoras, 01 professora para Sala de Recurso Multifuncionais, 02 professoras em desvio de função trabalhando na secretaria, 12 professores do ensino fundamental I, sendo que 3 não possuem nível superior, somente o magistério e 12 professores do ensino fundamental II, todos com licenciatura em sua área de ensino e todos com Pós graduação, totalizando 31 funcionários. Ressalta-se que as 02 merendeiras da escola são da firma SHA (terceirizada pela Prefeitura). Segue

abaixo o quadro com a relação dos funcionários e suas respectivas funções e formação:

Dos estudantes atendidos na escola totaliza-se 15 (quinze) com Necessidades Educacionais Especiais, sendo 03 com deficiência física e intelectual, 03 com deficiência intelectual e 08 com altas habilidades.

Os estudantes com altas habilidades são atendidos no Centro para o Potencial e Talento (CEDET) e não na Sala de Recursos da unidade.

Todas as escolas têm objetivos que desejam alcançar, metas a serem cumpridas e ações a serem realizadas. Esse conjunto é o que dá forma e vida ao que chamamos de Projeto Político Pedagógico.

**Projeto** porque várias pessoas se reúnem e definem propostas para se executar durante um período de tempo.

**Político** porque a escola é um espaço onde se devem formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis para modificarem a sociedade onde estão inseridos.

**Pedagógico** porque define atividades e projetos necessários ao aprendizado dos estudantes.

No ano de 2011 a direção da escola mudou e com a mudança optou-se por elaborar um Projeto Político Pedagógico eficaz e que realmente fizesse a diferença nos resultados da aprendizagem dos estudantes. A direção e a supervisão elaboraram um questionário e enviaram aos responsáveis pelos estudantes onde deveriam detectar os pontos positivos e negativos que encontravam na instituição. O mesmo foi feito com os funcionários, educadores e estudantes. Após ter recebido este questionário, a direção e a supervisão fizeram a compilação dos dados e retornaram para todos os segmentos pedindo que sugerissem ações viáveis para que pudéssemos solucionar os problemas encontrados. Assim elaboramos nossas ações. A missão contida no Projeto Político Pedagógico é a mesma do plano de ação da direção ao candidatar-se e os objetivos gerais foram feitos a partir dos problemas detectados no questionário.

Assim que o Projeto Político Pedagógico ficou pronto cada professor recebeu o seu, a comunidade não teve acesso a ele. Todas as ações contidas nele são executadas, os projetos foram desenvolvidos em 2011 e em 2012, mas não foi possível realizar todos devido à reforma que a escola passou.

Após a implementação do Projeto houve significativas mudanças na disciplina, nas relações interpessoais, houve um progresso significativo no aprendizado, porém ainda há muito que ser feito, pois o IDEB da escola está muito baixo. No início deste ano de 2013 todos os respectivos segmentos da comunidade escolar se reuniram para reelaboração do Projeto Político Pedagógico e todas as ações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Escola.

O Projeto Político Pedagógico é uma importante ferramenta de planejamento e avaliação, onde todos os membros da equipe gestora e equipe pedagógica devem consultá-lo a cada tomada de decisão.

### **FINALIDADES DA ESCOLA**

Nossa proposta está baseada na igualdade de condições para acesso e permanência na escola, sendo assim, nosso trabalho será ministrado levando em consideração a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito, a liberdade e apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação escolar; a gestão democrática; a garantia de padrão de qualidade de ensino e aprendizagem; a valorização extraescolar; a vinculação entre educação, o trabalho e as práticas sociais.

A escola será um espaço democrático para a construção dialógica, elemento decisivo de uma educação reflexiva, crítica e ativa, valorizando a diversidade e a individualidade, processando a transformação do mundo, e principalmente, para manter uma relação afetiva e humana no dia-a-dia.

### **PERFIL DA COMUNIDADE**

Atualmente a escola atende crianças, jovens e adultos de classe média, média baixa e baixa dos bairros: Santo André, Santa Emília, Jardim Nova Aparecida, Monte Almo, Jardim Planalto II Vila Meneses, São João, Jardim Regina, Jardim Ypê e Monte Verde.

A grande maioria das mães são diaristas. Temos também vendedoras ambulantes, auxiliares de produção, costureiras, salgadeiras e donas de casa. Os pais têm como profissão: pedreiros, serventes de pedreiros,

moto taxista, auxiliar de produção, segurança, operador de máquinas, mecânicos, serralheiros, marceneiros, pintores e frentistas.

## **PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

A escola através da Direção e Supervisão orientam o processo de ensino-aprendizagem mediante a necessidade individual de cada professor, priorizando sempre os estudantes. Acontecem reuniões a cada dois meses para planejamento onde são definidos os objetivos para alcançarmos as metas estabelecidas no início do ano. Os professores partem de uma reflexão de suas práticas, individualmente e no grupo.

No início de cada etapa de ensino é feito o conselho de classe. Do 1º ao 5º ano acontece individualmente com a especialista e direção e do 6º ao 9º ano coletivamente, professores, supervisão e direção. Tem como foco de discussão as dificuldades de aprendizagem e comportamentos e quais estratégias serão usadas para que a turma progrida.

Em sala de aula os professores propõem atividades que propiciem a aprendizagem significativa, de maneira que possam refletir sobre o ambiente em que vivem, mudando-as. Estimulam a curiosidade e o interesse dos estudantes, relacionando conteúdo com o ambiente em que estão inseridos. Usam e articulam técnicas variadas de ensino, incluindo tarefas, discussões e atividades individuais e/ou em grupos. Os recursos utilizados são: TV, DVD, Data show, retroprojeter, revistas, jornais, livros didáticos e de literatura, almanaques, enciclopédias entre outros. Todos estes materiais são de fácil acesso do professor.

Para que a prática seja realmente efetiva, além do currículo proposto pelo município, no qual constam os descritores para que se possa atingir as habilidades e capacidades dos estudantes em determinado período, realizamos durante o ano alguns projetos, entre eles:

- Era uma Vez;
- Adolescer;
- Sexta-feira Legal;
- “Eu estudo, Tu estudas.”;
- Dia da Consciência Negra;

- Chá Geográfico;
- Chá com Letras;
- Feira do conhecimento;
- Apoio Pedagógico (Lado a Lado);
- Chá filosófico.

A avaliação constitui-se para a escola um grande desafio. Procura-se avaliar o estudante em sua totalidade, sempre respeitando seu progresso e seu tempo de aprendizado. É elemento central na prática pedagógica, pois é através dela que é feito o planejamento para a próxima etapa, favorecendo a construção do conhecimento. Ela é processual porque avalia-se o processo como um todo, reflexiva porque leva-nos a refletir sobre os problemas a serem solucionados durante o processo para que se garanta a qualidade do ensino-aprendizagem.

### **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

O acesso à educação, em qualquer nível, é um direito humano inquestionável; onde todas as pessoas com ou sem deficiência têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis.

Nesse sentido, a Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira acredita na inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica que luta pelos direitos humanos criando alternativas para a superação das práticas discriminatórias, por isso valoriza a diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional e tem como primeiro objetivo, possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem de TODOS. Assim, matricula público-alvo da educação especial nas salas regulares de ensino, no educacenso e conseqüentemente na sala de recursos multifuncionais existentes na escola.

Desde 1854, o Brasil vem tratando de questões referentes à educação especial, onde foram criadas várias leis, decretos e pareceres que regulamentam a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado como: a Constituição Federal de 1988; a LDBEN – Lei nº 9.394/96, o parecer do CNE/CEB nº 17/01, a Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de setembro de 2001, a Lei nº 10.436/02; o Decreto nº 5.626 de 22 de

dezembro de 2005; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008; o Decreto nº 6.571/2008 e a Resolução CNE/CEB nº 4/09 que considera o público-alvo do AEE:

I- Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço físico localizado na escola pública de educação básica; nele se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. É dotada de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes, em turno contrário ao que frequentam a escola comum. É um espaço da escola, sendo de responsabilidade do diretor e da comunidade escolar a conservação, a organização e a administração do mesmo.

“Sala de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias, aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar”.

(BRASIL,2006,p.13)

Em nossa Escola a Sala de Recursos Multifuncionais funciona todos os dias no período da manhã (7h às 11h) e no período da tarde (13h 20min às 17h 20min) uma vez por semana, ou quando necessário; a professora da SRM

comparece no período da noite (EJA) para oferecer suporte à professora que atende estudantes público-alvo da educação especial. Também acontece o atendimento das crianças matriculadas nos Centros de educação Infantil, uma vez por semana ou quando necessário.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entende-se por Atendimento Educacional Especializado as adaptações dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que viabilizem a plena participação e desenvolvimento dos estudantes de acordo com suas especificidades, ou seja, identifica, elabora, cria e disponibiliza oportunidades para a garantia da autonomia e independência do estudante da escola e fora dela.

De acordo com Fávero (2007 p.29) “O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência.”

A Sala de Recursos Multifuncionais pode ser definida como um ambiente que oferece serviços de natureza pedagógica, conduzido pela professora Tatianny Mára Luiz de Mello (PI), concursada nos dois períodos, com especialização em Educação Especial, Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado que realiza o atendimento educacional especializado (AEE) no contra turno, para os estudantes público-alvo da educação especial e estudantes com dificuldades de aprendizagem acentuadas em nossa unidade, a qual ainda não oferece acessibilidade arquitetônica.

Mantoan (2010) destaca que o “o professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos estudantes, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum.”

## **1 – Objetivo**

Desenvolver atendimento educacional especializado, tendo como objetivo principal atender as necessidades educativas especiais relacionadas às habilidades cognitivas, motora, emocional, social e outras que se interrelacionam com o processo educativo para que os estudantes possam progredir na sua formação pessoal e na garantia de ser cidadão competente, com conhecimento, sabedoria, autonomia e independência.



## **2- Ações / Estratégias**

Dentre as funções / atribuições da professora da SRM, estão:

- 1- Realizar um trabalho de parceria e uma relação harmoniosa com toda equipe escolar compreendendo que uma escola de qualidade faz a diferença quando tem como prioridade o bem estar e a aprendizagem dos estudantes,
- 2- Participar de reuniões pedagógicas, de planejamento, conselhos de classe, elaboração do Projeto Político Pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com a equipe escolar visando à promoção da inclusão escolar,
- 3- Acompanhar o planejamento do professor da sala comum, atuando de forma colaborativa para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a plena participação do estudante com NEE em todas as atividades acadêmicas, extraclasse e sua interação com o grupo,
- 4- Realizar intervenções com os estudantes que tem NEE, auxiliando o trabalho do professor na busca de alternativas eficientes para que os estudantes com NEE sejam beneficiados com o mesmo currículo,
- 5- Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do estudante, contemplando: habilidades e NEE, definição e organização de estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, o tipo de atendimento e o cronograma do mesmo,
- 6- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala comum e nos demais ambientes da escola;
- 7- Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as NEE dos estudantes e os objetivos propostos no currículo,
- 8- Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação,
- 9- Acompanhar juntamente com a equipe escolar as ações envolvidas no Projeto Político Pedagógico para que este realmente constitua um caminho de ação e reflexão,
- 10- Avaliar sempre os resultados das alternativas propostas e do trabalho desenvolvido,
- 11- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais existentes em nossa cidade,

Cada estudante possui um Plano de Atendimento Educacional Especializado, onde consta a deficiência, a identificação das necessidades educacionais específicas de cada um, a definição dos objetivos, os recursos necessários e as atividades com os mesmos; e um Plano de Desenvolvimento do Aluno (PDA) elaborado conjuntamente pela especialista, professores e professora da SRM, que ressalta todo histórico de vida pessoal e escolar do estudante.

### **3- AVALIAÇÃO**

A avaliação acontece durante os atendimentos através de observações e registros dos progressos dos estudantes. Também são realizadas reuniões semanais e/ou quinzenais com os professores dos estudantes. Também são realizadas reuniões semanais e/ou quinzenais com os professores para avaliação tanto das estratégias desenvolvidas como da aplicabilidade das mesmas e sua relação com o desempenho dos estudantes.

Com base nos documentos da Organização Mundial da Saúde, os serviços da educação especial são de fundamental apoio ao ensino regular para que não se transforme a deficiência em uma incapacidade.

Assim, acreditamos que o AEE é um recurso ímpar e imprescindível para o pleno desenvolvimento do estudante com NEE, uma vez que aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo SUJEITO da aprendizagem, independente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada.

### **CLIMA ESCOLAR**

O clima escolar entre todos os segmentos da escola é harmonioso, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. No contato com pais e estudantes a equipe expressa confiança na capacidade de aprendizagem, independentemente de etnia, classe social ou outras características pessoais. A direção e supervisão mantêm o ensino-aprendizagem como centro do diálogo entre professores, estudantes e família, além de que o respeito é a base para toda e qualquer relação social.

O código de conduta da escola é apresentado à família, aos estudantes e aos professores todo início de ano. As normas são aplicadas a todos de acordo com o Regimento Escolar.

## **GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS**

A direção tem claramente definidas as suas funções e atribuições de todo pessoal da escola, monitora e avalia as atividades desenvolvidas por todos.

A escola dispõe de um Conselho de Escola, que são representados por todos os segmentos da comunidade escolar, com funções e atribuições específicas. As reuniões deste Conselho são mensais, agendadas com antecedência em horários em que a maioria possa participar. Nestas reuniões são discutidos assuntos relacionados a prestação de contas do Caixa Escolar, tais como aplicação de verbas recebidas do governo, empresas, festas e contribuição espontânea, avaliação e reelaboração do Projeto Político. Após a realização da reunião do Conselho a prestação de contas é afixada em lugar visível a todas as pessoas.

A direção da escola, juntamente com o Conselho de Escola, procura conscientizar a comunidade que a democracia começa com o reconhecimento dos direitos, mas consolida-se com a realização dos deveres.

Em relação aos professores procura-se deixar claro que uma educação democrática pressupõe que o docente organize suas aulas a partir de situações que desafiem os estudantes, utilizando como objetos de ensino os problemas que eles trazem para a sala de aula.

Sabemos que a relação escola/família é de suma importância, sendo assim, sempre que necessário solicitamos a presença da família na escola, procurando orientá-las. Acreditamos que a parceria entre direção, escola e família é de suma importância para que os resultados sejam satisfatórios.

## **OBJETIVOS**

1- Criar um ambiente em que se valorize a identidade cultural e as experiências de todos os segmentos da comunidade escolar para facilitar as interações sociais e promover o respeito e a tolerância mútua;

- 2- Atuar democraticamente assumindo um papel de dirigente/educador e líder da escola;
- 3- Respeitar as individualidades de cada estudante;
- 4- Definir, através de estudos, um sistema de avaliação de aprendizagem adequada às novas formas de organização do trabalho escolar, rompendo com estereótipos da avaliação que reprova, pune e exclui;
- 5- Preparar os educadores para a avaliação da formação humana;
- 6- Proporcionar aos educadores momentos de estudos sobre: avaliação, disciplina e outros assuntos relacionados à prática pedagógica;
- 7- Conscientizar a comunidade da importância da conservação do patrimônio público;
- 8- Revisar a função e o sentido social da escola, unida a uma missão política, educativa, curricular e de conhecimento;
- 9- Analisar o significado de igualdade de direitos e deveres na escola;
- 10- Valorizar o diálogo e o fortalecimento da articulação e parceria entre direção, equipe docente, funcionários, responsáveis dos estudantes e estudantes.

## **AÇÕES**

### **Dimensão 1 – Ambiente educativo**

Nossas metas para um ambiente educativo favorável ao aprendizado são:

- Conscientizar a família sobre o trabalho dos docentes e demais funcionários da escola.
- Fazer com que toda comunidade escolar conheça o Regimento da escola.
- Garantir que todos os estudantes participem da elaboração das regras de convivência na escola.
- Garantir que sejam punidos todos (estudantes, professores, direção, supervisão e funcionários) se descumprirem o Regimento Escolar.
- Realizar palestras com estudantes, professores e famílias sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Para que estas metas sejam cumpridas realizar-se-á as seguintes ações de fevereiro a dezembro do corrente ano:

- Na 1º reunião do ano, apresentar à família o corpo docente e demais funcionários da escola e suas respectivas funções.
- Nas aulas de Ensino Religioso a professora trabalhará o Regimento com os estudantes. O mesmo será enviado para a família.
- Cada professor responsável pela turma elaborará as regras de convivência com os estudantes e esta será afixada na sala de aula.
- Mediante a autoavaliação de estudantes e professores e seguindo o Regimento Escolar far-se-á a punição adequada para suas atitudes.
- Convidar o Conselho Tutelar para palestra na escola sobre o ECA.

### **Dimensão 2- Prática Pedagógica e avaliação**

No decorrer do ano todas as ações devem estar voltadas para o aprendizado dos estudantes, para tanto é necessário que aja uma prática efetiva e que a avaliação respeite a individualidade de cada um, observando sempre seus sucessos e fracassos. Para que a isso aconteça as metas são:

- Garantir que todos conheçam o Projeto Político Pedagógico.
- Garantir que todos professores da escola conheçam a LDB.
- Promover momentos para trocas de experiências entre os professores.
- Respeitar e valorizar a individualidade de cada estudante.
- Garantir que os estudantes façam sua autoavaliação por etapa.
- Garantir a presença dos professores nas reuniões com as famílias dos estudantes.
- Formalizar avaliação anual dos professores dentro da unidade de ensino
- Garantir o sucesso de ensino-aprendizagem dos estudantes no decorrer do processo.

As ações para atingirmos as metas são:

- Enviar às famílias a cópia do Projeto Político Pedagógico.
- Nas reuniões de estudo estudar a LDB. Dar uma cópia para cada professor.
- Reservar 30 minutos nos dias de “Eu estudo Tu Estudas para trocar experiências e avaliar o Projeto Político Pedagógico.

- Juntamente com a Supervisão fazer avaliações diagnósticas para avaliar o desempenho dos estudantes em um todo e não somente “nota”.
- Ao final de cada etapa solicitar que os estudantes façam uma autoavaliação preparada pela equipe com antecedência.
- Fazer as reuniões com a família na 1º aula sem a presença dos estudantes, garantindo assim que professores e famílias possam ter um contato maior. Os estudantes entrarão na 2º aula.
- Ao final do ano letivo fazer a avaliação anual com todos os professores e funcionários da escola.
- Ao final da 2º e 4º etapa far-se-á recuperação com estudantes que não obtiveram a pontuação mínima exigida e/ou com aqueles que tiverem com dificuldade.

### **Dimensão 3- Gestão Escolar democrática**

Não é possível que a educação seja de qualidade se não houver uma gestão democrática, onde haja a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, através do Conselho de Escola, para alcançarmos esta excelência nossas metas são:

- Capacitar os membros do Conselho de Escola para que atuem de maneira ativa na tomada de decisões.
- Garantir que os resultados referentes à escola sejam conhecidos por todos.
- Divulgar as principais informações relacionadas às atividades da escola.
- Promover reuniões mais dinâmicas com a família.

As ações para se atingir estas metas são:

- Nas reuniões mensais fazer pequenos momentos de estudo sobre suas funções e atribuições como membros do conselho.
- Afixar em um mural visível a todos os resultados obtidos através das avaliações externas. Apresentar também à família em reuniões promovidas pela escola.
- Fazer um mural na escola visível a todos para divulgação de festas, prestação de contas, entre outros.
- Nas reuniões bimestrais mostrar trabalhos realizados pelos estudantes e preparar pequenas apresentações para a família.

Ressalta-se que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem são responsáveis pelas ações propostas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AZEVEDO**, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/01/2013

**NAVARRO**, Ignez Pinto. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.5. p. 49-51. 2004.

**OLIVEIRA**, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/01/2013.

**OLIVEIRA**, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **Função social da educação e da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/12/2012

**OLIVEIRA**, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **Principais teorias administrativas e suas características e enfoques**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/Ufmg> . Acesso em 06/11/2012.

**OLIVEIRA**, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **As dimensões da autonomia**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/02/2013.



